

INCENTIVO À AGRICULTURA E A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE PROGRAMAS VOLTADOS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ÁREAS RURAIS FLUMINENSES

Alexandrina Juscélia Feitosa de Souza^{1*}, Karolyne Victor Martins Leite, Sara Bianco, Marcela Ângela Mesquita de Oliveira Campos & Kenia Cristina Pontes Maia
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Centro, Três Rios-RJ, CEP 25802-100;
[*ju-feit@hotmail.com](mailto:ju-feit@hotmail.com)

INTRODUÇÃO

Os ambientes rurais diferem das áreas preservadas sob o ponto de vista ecológico. Neles, quase sempre não há equilíbrio natural, pois são artificialmente mantidos e manipulados pelo homem.

A agricultura é uma das formas de subsistência da população humana, o seu bom desempenho econômico evidencia seu dinamismo e sua importância no país (Assad & Almeida 2004). Grande parte do que é consumido nas cidades, provém das áreas antrópicas rurais. Milhões de toneladas de alimentos saem dos campos e são levadas para áreas de maior tecnologia onde são beneficiadas e posteriormente comercializadas e consumidas nos centros urbanos. De maneira semelhante, as matérias-primas – madeira, areia, rochas, combustíveis, dentre outros, seguem igual trajetória, sendo, contudo, empregadas na organização da infraestrutura do espaço urbano (Philippi Jr 2005).

Para uma agricultura autossustentável urge priorizar sistemas com metas menos agressivas, onde os princípios ecológicos sejam otimizados e não contrariados (Philippi Jr 2005).

Para demonstrarmos a ênfase nesses sistemas cabe destacar que a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), Lei 6.938/81, tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. A Política Nacional visa também a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico. Além do aduzido na PNMA, frise-se o que estabelece na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu artigo 225 “ todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

O objetivo inserido no inciso V, artigo 4º da PNMA (1981) no que tange à *difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico*, deve ser observado e aplicado constantemente por projetos ambientais realizados no campo.

Os projetos sustentáveis que ocorrem no interior do estado do Rio de Janeiro, mais especificadamente na região centro-sul fluminense, nos municípios de Paraíba do Sul, Paty do Alferes e Areal é um exemplo de projeto que tem se desenvolvido junto às comunidades de forma eficiente. Um desses projetos é desenvolvido pelo Instituto Nacional de Tecnologia e Uso Sustentável (INNATUS), que tem grande apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER –RJ) e parceria também com o Rio Rural, tais órgãos desenvolvem projetos para conciliar o aumento da renda do produtor rural com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais nas regiões mencionadas.

Segundo o Instituto Nacional de Tecnologia e Uso Sustentável - INNATUS (2011) seus objetivos é “realizar de maneira ecológica a restauração de áreas degradadas, a gestão sustentável de propriedades rurais e estudos técnicos, fomentando e realizando projetos que combinam desenvolvimento econômico sustentável e a preservação do ambiente, respeitando-se sempre a diversidade cultural e biológica.”.

Dessa forma, este trabalho propôs uma análise dos projetos realizados pelo INNATUS, EMATER-Rio e Rio Rural e avaliou de que forma estão sendo realizados nestes municípios, bem como a participação da população e qual o benefício e retorno elas estão tendo. Buscando-se verificar as atividades desenvolvidas junto aos produtores rurais, e conseqüentemente, sugerir como alternativas para outros programas brasileiros a propor práticas que levem mudanças nos processos produtivos e manter a preservação dos recursos hídricos com boa qualidade.

MATERIAL E MÉTODOS

A área do estudo dos projetos ambientais foram realizadas nas regiões que englobam os municípios de Paraíba do Sul, Paty do Alferes e Areal, todos localizados na região centro-sul fluminense do Estado do Rio de Janeiro e, aproximadamente à 149 km da capital. O município de Paraíba do Sul possui uma área total de 571,878 km² e população de 42.922 (IBGE 2016), Paty do Alferes possui área territorial de 313,765 km² e

população de 26.mil, 359 habitantes (IBGE 2010), já Areal possui área territorial de 110,919 km² e conta com uma população estimada de 12mil,143 habitantes, segundo dados de 2016, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

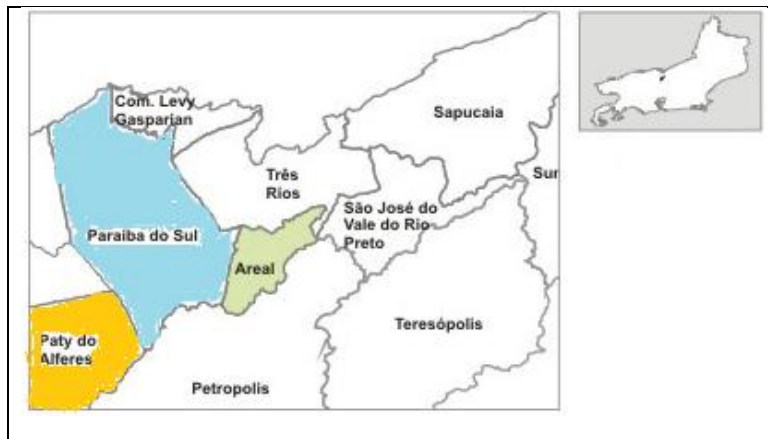


Figura 1: Imagem da localização dos municípios Paraíba do Sul-RJ, Paty do Alferes-RJ e Areal-RJ.

Fonte: Modificado de Espaço do Agricultor (2018).

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) o município Paraíba do Sul conta com a maior extensão territorial (571,878 km²) do Centro Sul-Fluminense e por isso exibe baixa densidade demográfica, apesar de apresentar a 2ª maior população da região. A principal fonte de renda e subsistência do município é o comércio, que representa 48,3% da atividade econômica da cidade; a agropecuária fica em quarto lugar representando 5,3% da atividade econômica, dados de 2016.

Foram feitos levantamentos de informações sobre os tipos de programas sustentáveis aplicados nestes municípios. Após escolhido o projeto denominado de “Pagamento por Serviços Ambientais”, desenvolvido pelo INNATUS, com apoio da EMATER-Rio e do Rio Rural e que considera a grande bacia o rio Paraíba do Sul que localiza-se no centro do estado fluminense.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante os estudos foram verificados diversos tipos de programas de assistência rural na região centro-sul fluminense, porém, o que mais mostrou eficiência foi o projeto de “Pagamentos por serviços Ambientais” desenvolvidos pelo INNATUS, com apoio da EMATER-Rio e do Rio Rural, essas empresas assistenciais tem as seguintes características:

Objetivo do INNATUS (2016) é realizar de maneira ecológica a restauração de áreas degradadas, a gestão sustentável de propriedades rurais e estudos técnicos, fomentando e realizando projetos que combinem desenvolvimento econômico sustentável e a preservação do ambiente, respeitando a diversidade cultural e biológica dos locais escolhidos.

O Programa Rio Rural (2014) tem como desafio a melhoria da qualidade de vida no campo, conciliando o aumento da renda do produtor rural com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, Tal programa incentiva a adoção de sistemas produtivos sustentáveis, fazendo uso de técnicas mais eficientes e ambientalmente adequadas. Um dos objetivos do mesmo é promover a participação comunitária nas políticas públicas e a gestão de recursos naturais, buscando a conscientização e adesão do produtor às práticas sustentáveis.

Já o programa da empresa EMATER-Rio (2018) tem como objetivo colaborar com os órgãos competentes nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, na formalização e execução de programas e projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro e demais atividades com apoio voltadas para a área rural.

Vale ressaltar que o médio vale do rio Paraíba do Sul que é tão importante para o estado do Rio de Janeiro, e compõem uma região que vem há séculos sofrendo transformações em sua paisagem, devido as diferentes formas de ocupação e uso do solo, no qual estes impactos ultimamente tem se agravado constantemente (Santis 2010). No passado a região produziu muitas divisas para os municípios onde havia cultivo de monocultura de café, no período entre meados do século XVIII até o final do século XIX (Santis 2010). O projeto Pagamento por Serviços Ambientais desenvolvido com os agricultores dos municípios de Paraíba do Sul-RJ, Paty do Alferes-RJ e Areal-RJ, compreende uma série de ações de recuperação e recarga

hídrica dos mananciais. A importância para manter a conservação desses mananciais através dos agricultores locais é essencial e fundamental para o desenvolvimento sustentável INNATUS (2016).

O projeto desenvolveu uma estratégia de ação que utiliza a microbacia hidrográfica como unidade de planejamento e intervenção, envolvendo diretamente as comunidades residentes neste espaço geográfico (Rio Rural 2014). Em Areal a comunidade quilombola foi atendida com a plantação de árvores nativas no entorno de nascentes que abastecem a população. Em Paraíba do Sul duas fazendas foram incluídas nos trabalhos, dez hectares de restauração e cerca de três hectares de conservação, são esperados. Na região, a principal atividade é a pecuária leiteira. No município de Paty do Alferes pequenos agricultores terão mais água e de melhor qualidade para a sua produção, após o término do programa (INNATUS 2016).

A ideia central do projeto inclui a conservação de áreas de fragmentos de Mata Atlântica que serão devidamente cercadas e os produtores assumirão o compromisso de manter estes locais preservados. Em outras áreas o INNATUS será responsável pela restauração com o plantio de espécies da Mata Atlântica da própria região. O entorno das nascentes e as matas ciliares estão sendo privilegiadas (INNATUS 2016). As visitas técnicas realizadas pelos funcionários do INNATUS mapearam as áreas de conservação e a localização das nascentes e matas ciliares que deverão ser protegidas. De acordo com o órgão, foi aplicado um questionário socioambiental nos proprietários das terras mapeadas. Como resultado o INNATUS obteve a declaração unânime de que todos sentiram uma diminuição da quantidade e uma piora da qualidade da água nos últimos anos, além disso, todos afirmaram entender ser importante a conservação e a restauração como tática para melhorar a situação dos recursos hídricos (INNATUS 2016).

Iniciado em 2016 os beneficiados pelo programa, além de terem suas terras mais aptas à regularização ambiental prevista por lei, receberão até R\$ 200,00 (duzentos reais) por hectare conservado ou recuperado durante os dois anos de duração ao projeto através do “Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)”. O objetivo é expandir no futuro próximo a política de PSA como importante instrumento de produção de água e proteção de recursos hídricos (INNATUS 2016).

Esses recursos financeiros é do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, de doações ou transferências de pessoas físicas, de instituições nacionais e internacionais (SEA 2018).

Frise-se que esse programa iniciou em 2009, e para participação deveria haver a aprovação das leis municipais e logo após seriam realizadas as chamadas públicas nos municípios para que os proprietários rurais interessados em proteger o entorno do rio, possam receber os benefícios e realizar as contrapartidas do projeto “Pagamentos por Serviços Ambientais”, que teria recursos financeiros advindos do Estadual de Recursos Hídricos, de doações ou transferências de pessoas físicas, de instituições nacionais e internacionais (SEA 2018).

CONCLUSÃO

Concluiu-se que os programas voltados para a preservação de áreas rurais que acontecem na região estudada em consonância com o disposto no texto legal o que tem sido de grande relevância em termos ambientais. Afinal, por serem as áreas escolhidas pelos programas e projetos, manejadas tanto pela agricultura, com a produção de alimentos e quanto pela criação de animais esses locais acabam sofrendo degradação ambiental e, tornando-se uma área bastante fragmentada.

A realização dessas parcerias, entre órgãos e instituições para a preservação e conservação do meio ambiente, leva a grandes benefícios para as populações rurais, pois, além de trabalharem os aspectos relativos à responsabilidade e ao compromisso com a natureza, como foi o caso do “Pagamento por Serviços Ambientais”, projeto desenvolvido nos municípios de Paraíba do Sul, Paty do Alferes e Areal. Durante a realização do projeto os agricultores locais realizaram a preservação dos mananciais através de plantios de mudas evitando a destruição e degradação das nascentes e matas ciliares. O benefício direto dessa ação refletiu numa melhor qualidade da água para consumo e uso, bem como no auxílio à preservação da maior bacia da região: a do rio Paraíba do sul, também é de grande utilidade para três estados brasileiros; Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento (2016). Disponível: <http://www.rj.gov.br/web/seapec/exibeconteudo?articleid=2781593>. Acessado em 07 de maio de 2018.
- Assad, M. L. L., Almeida, J. (2004) Agricultura e Sustentabilidade contexto, desafios e cenários. Disponível: http://www.gazetadocampo.com.br/base/www/gazetadocampo.com.br/media/attachments/4/4/524245d9e34dfb337ed8dfba6663530a787eb62b3987f_agricultura-e-sustentabilidade.pdf. Acessado em 02 de maio de 2018.
- BRASIL. (1988). Constituição Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 08 de Maio de 2018. BRASIL (1981). Lei 6.938, de 31 de Agosto de 1981.
- PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Brasília, DF. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm Acessado em 08 de Maio de 2018.

-
- EMATER-RIO (2018). Disponível: <http://www.emater.rj.gov.br/atribuicoes.asp>Acessado em 07 de Maio de 2018.
- Espaço do Agricultor (2018). Mapa de localização dos municípios Paraíba do Sul-RJ, Paty do Alferes-RJ e Areal-RJ. Disponível: <http://www.espacodoagricultor.rj.gov.br/mapa/patydoalferes.asp> Acessado em 8 de Maio de 2018
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016). Paraíba dos Sul-RJ. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paraiba-do-sul/panorama> Acessado em 08 de Maio de 2018.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Paty do Alferes-RJ. Disponível:<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paty-do-alferes/panorama> Acessado em 08 de Maio de 2018.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016). Areal-RJ. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/areal/panorama> acesso em 8 de Maio de 2018.
- INNATUS - Instituto Nacional de Tecnologia e Uso Sustentável (2016). Disponível: <http://www.innatus.org.br/noticias/psa-hidrico> Acessado em 07 de Maio de 2018.
- Philippi Jr., A. (2005) Saneamento Saúde e Ambiente: Fundamentos para um desenvolvimento sustentável. (Coleção Ambiental; 2). Barueri, SP: Manoeli. ISBN 85-204-2188-1. 61-62-83 p.
- Rio Rural (2014) Disponível: <http://www.microbacias.rj.gov.br/pt/rio-rural> Acessado em 02 de maio de 2018.
- Santis, M. (2010). Disponível: www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/Pibic/relatorio_resumo_2010/relatorios/ccs/geo/GEO-CamilaAcessado em 07 de maio de 2018.
- SEBRAE (2016). Disponível: http://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/Senbrae_Painel_Centro-SulFluminense.pdf Acessado em 07 de Maio de 2018.
- SEA - Secretaria de Meio Ambiente – RJ (2018). Pagamento por Serviços Ambientais. Disponível: <http://www.rj.gov.br/web/sea/exibeconteudo?article-id=2403278>. Acessado em 08 de Maio de 2018.